

REPRESENTAÇÃO DO CRP/SP EM CONSELHOS MUNICIPAIS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: REFLEXÕES E REDUÇÃO DE DANOS SOBRE O TEMA

Autores: Bruno Logan Azevedo, Bruno Ramos Gomes e Marília Capponi
Instituição: Conselho Regional de Psicologia – SP
2014

O CRP/SP possui cadeira de representação na condição de titular em 09 COMADs e no Conselho Estadual Sobre Drogas (CONED). Os referidos COMADs são nas cidades de: Assis, Bauru, Presidente Prudente, São Paulo, São Bernardo do Campo, Santos, Piracicaba, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

METODOLOGIA:

Relatamos a experiência da autarquia Conselho Regional de Psicologia 6 região (São Paulo) nas representações em órgãos de controle social COMADs (Conselhos Municipais de Alcool e Drogas) em 09 municípios do Estado de São Paulo e propomos, a partir do relato, breve reflexão acerca desse processo.

RESULTADOS:

O CRP/SP possui cadeira de representação na condição de titular em 09 COMADs e no Conselho Estadual Sobre Drogas (CONED). Os referidos COMADs são nas cidades de: Assis, Presidente Prudente, São Paulo, São Bernardo do Campo, Santos, Bauru, Piracicaba, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

Os Representantes do CRP nesse espaço têm uma atuação qualificada e participaram da construção do Regimento Interno, contribuindo para que fosse revisto as composições dos conselhos. Em alguns deles, até então, possuíam mais representantes do governo, e os psicólogos (as) do CRP propuseram a inclusão de representantes dos usuários, respeitando a paridade de membros. Alguns Conselhos pecam por não trabalhar com comissões, que poderia dar conta com mais agilidade dos projetos de longo prazo.

Os COMADs, em sua maioria, se apresentam como órgãos pouco deliberativos. Assim, as reuniões são geralmente muito tensas, pouco se conclui e se efetivam as propostas. Ao contrário, na cidade de São Paulo, o COMUDA tem avançado na busca pela descentralização da figura do presidente, criando grupos de trabalho para dar conta da demanda do município, ademais, vem discutindo a mudança do regimento interno e da lei que coloca em vigor o conselho para torna-lo mais dinâmico, paritário e eficiente. Além disso, os trabalhos têm se voltado para articulação e participação da sociedade civil, tanto em programas do município, quanto programas do Estado que atuam no município.

A participação da sociedade civil nesses órgãos em geral é muito incipiente e com um viés moralista. Demoniza-se o uso de drogas e tem-se a visão de que tratamento é igual a internação. As ações não caminham muito, apenas com uma minoria de pautas se concretizando, mas com grandes projetos se arrastando ou mesmo não sendo executados. Em Ribeirão Preto, por exemplo, familiares de usuários e outros representantes da sociedade civil reafirmam a necessidade de investimento e apoio as Comunidades Terapêuticas, enquanto o CRP e algumas outras representações que se mostram parceiras no debate apontam para o fortalecimento dos serviços públicos de saúde. Este "racha" se reflete em todas as decisões, com mais força numérica e política o grupo que apóia serviços privados, religiosos e de auto-ajuda.

Os assuntos que dominam as pautas são os convênios com Comunidades Terapêuticas, as Semanas sobre Drogas, onde colocar a Logomarca do COMAD. Quando os COMADs propõem um evento, comumente há grandes divergências a respeito de quem devem ser os convidados e quais as temáticas para as palestras.

Apesar de ser uma atribuição importante desses conselhos propor, avaliar e acompanhar as políticas públicas municipais relacionadas à prevenção e ao uso de álcool e outras drogas, a principal discussão que deveria ser a política municipal não faz parte da pauta das reuniões de alguns COMADs.

Muitas das reuniões são tomadas pela apresentação de projetos de serviços das Prefeituras e, por falta de oportunidade, evidenciar as atividades de outras instâncias nem sempre é possível. Há uma grande dificuldade em realizar avaliações das atividades do ano e planejar as próximas ações.

Os representantes do CRP/SP travam uma luta constante para que haja propostas para a política de drogas dos municípios, defendem o fortalecimento das Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), apontam os problemas das internações em Comunidades Terapêuticas, colaboram com sugestões para confecção de cartilhas explicativas sobre o tema das drogas, enfim, se esforçam para compor as discussões de forma menos conservadora com enfoque na garantia dos direitos humanos e da cidadania. Em muitos conselhos há opiniões diversas dos membros e alguns desacreditam da RAPS e reiteram a ineficácia dos CAPS AD, acreditando apenas na eficácia dos grupos de auto-ajuda, grupos religiosos e clínicas privadas.

Como algumas pessoas da sociedade civil dedicam grande parte do seu tempo aos COMADs e temática (ex. familiares de usuários e ex-usuários que fizeram disto o objetivo de suas vidas) e, como os representantes do CRP/SP têm interesses coletivos, estes grupos, como já explicitado, geralmente apoiadores das Cts e grupos de auto-ajuda acabam tendo maior influência por estarem todos os dias no "gabinete", acompanharem diferentes reuniões e terem contatos com políticos e funcionários públicos.

Com relação a frequência das reuniões ordinárias, alguns COMADs reúnem-se quinzenalmente, outros mensalmente e outros não têm uma frequência exata de reuniões. Em São Bernardo do Campo, por exemplo, o último encontro ocorreu em fevereiro. A de abril foi cancelada sem justificativa.

CONCLUSÃO:

A partir desse breve relato, o coletivo Núcleo Álcool, Drogas e Medicalização do CRP/SP pôde perceber que apesar de os COMADs terem como atribuição promover o diálogo, a reflexão crítica e a articulação das políticas públicas de álcool e outras drogas, além de formular, analisar, monitorar e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas sobre o tema, muitos municípios sofrem com reuniões arrastadas, sem objetividade, perdendo-se grande oportunidade da efetiva participação popular e social através de órgãos de controle.

Apesar da evidente falta de compromisso de algumas gestões municipais com a participação social, o CRP/SP entende que a construção e a implementação das políticas públicas não podem ser uma tarefa apenas do Estado, devem ser compartilhadas com a sociedade civil, que faz sua parte, assumindo direitos e responsabilidades.

Os representantes do CRP/SP continuarão marcando sua presença com seriedade e exercendo essa responsabilidade de ajudar, nos espaços de controle social, a construir políticas públicas comprometidas com a transformação da sociedade brasileira, que respeitam os direitos dos usuários de drogas e garantam sua cidadania.